

Johnatan Antonioli Pralon

Graduando em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Contato: <johnatanpralon@gmail.com>

Mayara Ferreira Mendes

Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Contato: <wayarasantiago@gmail.com>

Delani Ferreira dos Santos

Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Contato: <anacletoodelani@gmail.com>

Palavras-Chave: etnia; gênero, classe social; assistência social; juventudes; desigualdades.

Keywords: ethnicity; gender, social class; social assistance; youth; inequalities

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO SERVIÇO PARA FAMÍLIAS ACOMPANHADAS E DO PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (PROJOVEM) EM UM CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: UM OLHAR SOBRE RAÇA, CLASSE E GÊNERO NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Resumo: O seguinte relato de experiência traz como objetivo discutir a relação entre o trabalho na assistência e as categorias raça, classe e gênero e ainda refletir sobre o papel da Psicologia nesse espaço. As reflexões são apoiadas pela inserção de estudantes de Psicologia no Serviço para Famílias Acompanhadas e o Programa de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Jovens (ProJovem) em um Centro de Referência de Assistência Social localizado no município de Vitória.

Abstract: The following experience report aims to discuss the relationship between care work and the categories race, class and gender and also reflect on the role of psychology in this space. The reflections are supported by the inclusion of Psychology students in the Service for Accompanied Families and the Program for Living and Strengthening Bonds for Young People (ProJovem) in a Social Assistance Reference Center located in the city of Vitória.

O relato de experiência a seguir tem como finalidade discutir a relação entre o trabalho na assistência e as categorias raça, classe e gênero. Buscou-se ainda refletir sobre o papel da Psicologia nesse espaço. Essas reflexões foram apoiadas por uma experiência de estágio ocorrida em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Vitória, localizado no estado do Espírito Santo. O caráter do estágio foi observacional, atentando que no decorrer do processo houve possibilidades de intervenções junto aos profissionais de referência e também aos grupos assistidos. É importante ressaltar que durante esse trajeto foi possível perceber que não apenas nós observamos o campo, mas também o campo nos observava enquanto pessoas que ali estavam ocupando aquele espaço e por vezes vistos como sujeitos que supostamente teriam resposta, conhecimento a seu respeito, ou até mesmo a capacidade para resolver ou contribuir com alguns de seus conflitos e/ou desafios a serem enfrentados.

A experiência ocorreu no ano de 2019, tendo duração de um semestre letivo, com carga horária semanal de 6h, que incluíram a ida a campo e supervisão coletiva. Semanalmente, retornava-se ao CRAS, movimento que se repetiu até o fim do estágio. Como ferramenta de registro utilizou-se a produção de diários de campo e, ao final do estágio, a produção de um relatório.

O QUE PODE A PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA?

Durante nosso percurso de campo muito se questionava acerca do que seria capaz à Psicologia dentro do Serviço Único de Assistência Social – o que provocou o movimento de tatear pistas para o trabalho do psicólogo, e talvez dos demais técnicos, quando diante de subjetividades e epistemologias tão singulares em um território também tão singular. Para isso seria necessário, antes de qualquer coisa – antes até mesmo do olhar sobre o trabalho – um olhar sobre a população no que se refere ao Serviço de Atendimento às Famílias Acompanhadas e o Programa de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Jovens (ProJovem).

Dados estatísticos comprovam que a população negra é a maior usuária de políticas sociais no Brasil, sendo as mulheres negras a parcela majoritária desse grupo (FERREIRA, 2017). Por este motivo, consideramos como algo básico e fundamental os esforços que se colocam em oposição à naturalização dessas desigualdades referentes às questões de raça, classe e gênero (COMISSÃO NACIONAL DE PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2016). Posto isto, consideramos essencial retomar a história de forma incessante para que por fim possamos compreender quais epistemologias, subjetividades e povos são alvos do trabalho da Psicologia nestes campos.

Contam quatro séculos ininterruptos o período da escravidão neste país. Para Lobo (2008, p. 142), “por tudo isso, não se pode desprezar o impacto social do escravismo na constituição de nossas formas de vida, nos traços culturais que os africanos legaram, nas relações de poder e todo seu efeito direto ou indireto na produção de corpos”. Isto é, sob a égide do escravismo deu-se legitimidade à construção dos corpos da categoria “sub-humano” e, conseqüentemente, a seleção das vidas que merecem ser dignamente vividas e os sofrimentos que merecem ser lembrados. Demarca-se, portanto, os corpos que são dignos e os corpos que são indignos às práticas do cuidado.

Por tudo isso, entendemos sobre quais marcas estão atravessados estes corpos que chegam aos serviços. Não é possível perder de vista o fato de que se inserem ao CRAS corpos constantemente afastados da lógica do cuidado, das possibilidades de acesso e até mesmo das noções do que se considera humano. Estar à frente destes serviços é aproximar-se destas e outras questões que culminam na lida direta e indireta com a extrema vulnerabilidade de famílias inteiras. E não se trata exclusivamente da vulnerabilidade econômica. O debate acerca dessa vulnerabilidade, hoje, tem buscado trazer elementos de reflexão teórica que contribuam com o aprofundamento democrático no sentido do acesso aos direitos de saúde e da Assistência Social. Ele se baseia, sobretudo, no desvelamento dos rumos da

seguridade social neste país (CARMO & GUIZARDI, 2018) dando possibilidade, portanto, de que mergulhemos com mais propriedade para compreender os serviços ofertados pelo CRAS e suas implicações neste contexto sócio histórico determinado pelas relações das categorias de raça, gênero e classe.

SERVIÇO DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS ACOMPANHADAS

Tendo chegado ao CRAS por demanda espontânea, busca ativa por parte dos técnicos, encaminhamento da rede ou de serviços (entre outras possibilidades); os munícipes são acompanhados por meio de registro e controle dos centros de referência. Este acompanhamento objetiva ser um pouco mais complexo que a modalidade de acolhimento. O acompanhamento é realizado através de intervenções continuadas a fim da superação da vulnerabilidade em que se encontra a família ou indivíduo. Deste modo, numa sala mais reservada e porta aberta, as técnicas recebem os munícipes para o atendimento. O procedimento durava em média 15 minutos cada, a depender das demandas surgidas no desdobramento dos atendimentos.

Embora em um primeiro momento os atendimentos individuais parecessem, sobretudo, de caráter encaminhativo; por outro lado, pareciam também elencar condições possíveis para a construção de novas realidades. Isto porque o atendimento individual pode se construir como um espaço do munícipe. Os atendimentos apresentam também um espaço potencializador no que se refere à escuta, atenção e composição conjunta. Ter um momento de fala parecia, ali, concretizar questões até então não ditas e a partir disso traçar direcionamentos outros ou então, minimamente, mais claros.

A problemática acerca da vulnerabilidade se fez uma constante no serviço de atendimento às famílias acompanhadas e compareceu como uma das grandes questões pensadas e trabalhadas pelas técnicas do CRAS. Isto porque se associa a vulnerabilidade à precariedade de acesso sobre as garantias de direito e proteção social acarretando na frágil condição de acesso aos serviços e recursos para a manutenção da qualidade de vida e da superação desses contextos (CARMO & GUIZARDI, 2018).

A partir dessa perspectiva do acompanhamento, nos era colocado o grande questionamento: como seria possível pensar a vulnerabilidade sem demarcar a centralidade das categorias de raça, gênero e classe? Se raça e gênero não eram assuntos verbalizados nestes atendimentos ou dentro do serviço, como garantir que estes sujeitos pudessem acessar seus direitos ao cuidado integral pela via do CRAS?

De fato, são muitos os desafios quando nos referimos a um serviço de assistência atuante neste contexto de desmonte e ataque às políticas distintas e, sobretudo, às políticas de distribuição de renda. Não é por acaso que as demandas mais recorrentes da frente de acompanhamento se fixavam na Concessão do Bolsa Família ou da Cesta Básica. Dialogava-se muito sobre como construir um corpo *psi* técnico que suportasse a escassez de materiais em detrimento da falta dos recursos ou benefícios para oferta por parte do serviço. Entretanto, acredita-se que a maneira mais possível de construção desses

corpos – profissionais – combativos ao desmonte e defensores da democratização dos acessos é compreendendo também sobre quais epistemologias e histórias se direciona o nosso trabalho. E é nesse âmbito que consideramos de relevância substancial a valorização do saber das populações em questão e também a valorização de suas narrativas.

Considerando a relação profissional-munícipe surgiram, no decorrer do trabalho, algumas inquietações referentes ao papel do profissional psicólogo neste campo. Isto porque existe um chamamento peculiar a este profissional mesmo quando se insere no contexto de outros técnicos que teoricamente exerceriam o mesmo trabalho. Os psicólogos que atuam nos CRAS são instigados a lançar novos olhares sobre a Psicologia, reinventar e criar novas formas de intervenção e lidar com a imprevisibilidade do cotidiano de seu trabalho (KOELZER, BARKES e ZANELLA, 2014).

O PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA JOVENS

O grupo era composto por adolescentes com idades que variam dos 14 aos 18 anos. O formato dos grupos é heterogêneo, por isso o número médio de participantes oscilava de acordo com a proposta ou dia. As principais atividades desenvolvidas foram oficinas com temáticas variadas, rodas de conversa, festas e passeios.

Partindo do entendimento da importância aqui apontada sobre a centralidade das categorias de raça, gênero e classe, compreendemos as atividades desenvolvidas no grupo do ProJovem como potencializadoras na construção de tal política pública no SUAS. Isto é, são ações que fortalecem o sistema através das juventudes negras, pobres e periféricas. É por meio do caráter educativo dentro das relações transversais que ali se estabelecem entre educador-jovem que conseguimos vislumbrar a possibilidade de uma política que se construa, também, horizontalmente, não pelo exercício bancário (FREIRE, 1987) no qual se depositam anseios e conhecimentos acerca de um saber para formular políticas públicas para um determinado grupo, de cima para baixo; mas sim, a partir de uma escuta atenta sobre o território, seus saberes, modos de vida e também suas demandas, partindo de baixo para cima, em uma relação de amorosidade.

Essa aposta leva em consideração, por exemplo, a escuta atenciosa da majoritária juventude negra feminina que compõe o grupo, suas questões territoriais que são atravessadas por um corpo racializado e genderizado, ou seja, um corpo que além das barreiras do racismo sofre também com opressões vinculadas à questão do gênero (KILOMBA, 2019). Através de oficinas realizadas com os jovens pudemos observar esses corpos, majoritariamente negros, diante de tantos silêncios históricos e, a partir desse olhar, tentamos também entender que há uma construção desafiadora nessa faixa etária em conseguir expressar-se e fazer circular toda energia das cargas depositadas nesse período (LOWEN, 1977). Por isso, as intervenções efetuadas procuraram disparar certos modos de possibilidades em se expressar e falar acerca de si e de como esse corpo tem habitado o mundo (BOAL, 1977).

OFICINA DE CORPORAL

No decorrer do estágio, a partir do estabelecimento de vínculos entre os adolescentes e os estagiários, compareceram algumas possibilidades para a proposta da oficina e foram consideradas para o planejamento: trabalhar a questão da identidade e negritude, aspectos da relação entre meninos e meninas do grupo e história da família dos adolescentes e do território. Entretanto, percebeu-se que as questões anteriores não haviam tomado forma no grupo ainda: foram apenas sinalizadas em alguns discursos e presentes em algumas análises do grupo. Resolveu-se pensar uma proposta a partir da temática “expressar-se” por meio de uma oficina a partir de exercícios propostos pela Psicologia Corporal, utilizando uma abordagem dos exercícios propostos pela bioenergética (LOWEN, 1977) e também de atividades para expressão através do teatro (BOAL, 1977). Ao trabalhar a temática tínhamos planejado discutir conteúdos importantes a partir da execução dos exercícios.

A proposta da oficina estava dividida em etapas. A primeira era contextualizar o grupo das atividades e exercícios que seriam propostos. Depois da conversa inicial, realizamos um breve alongamento como aquecimento. Uma demais etapa era escutar trechos de músicas nos mais variados estilos e perceber se elas afetariam – e como – os corpos dos participantes. Posteriormente, se pediu aos adolescentes que andassem pelo cômodo aleatoriamente, mas procurando ocupar todo o espaço a partir de alguns comandos dados pelos coordenadores: caminhar devagar, olhando nos olhos dos demais participantes, caminhar rápido, caminhar percebendo cada parte do corpo e o que se sentia, caminhar imaginando carregar bastante peso, caminhar sentindo-se leve etc. Por fim, realizamos um somagrama, espécie de fotografia emocional, onde representamos como estavam nossos corpos diante das atividades realizadas, como uma forma de fechamento do encontro, acompanhado do compartilhamento de como foi a experiência.

OFICINA DE MANDALAS

Existiam alguns modelos de mandalas expostos juntos aos materiais para confecção, mas antes de iniciar o processo foi conversado um pouco sobre a história das mandalas, sua ampla inserção na cultura ocidental, assim como o que elas representam. Pediu-se aos adolescentes que se atentassem ao processo e a como se sentiam durante a confecção.

Outra coisa evidenciada foi o caráter expressivo da produção de mandalas e outras técnicas expressivas, que permitem o acesso a informações e conteúdos subjetivos (DUCHASTEL, 2010).

Passo a passo foi explicado como fazer uma mandala, o que não pareceu ser suficiente, já que algumas coisas são melhores percebidas na prática. Partimos então para confecção e aos poucos as dúvidas dos adolescentes foram tiradas e repassados alguns passos. Alguns adolescentes encontraram dificuldade no início, mas depois seguiram sem ajuda. Finalizada a etapa de confecção, conversamos um pouco sobre o processo. Uma coisa que compareceu muito foi a insatisfação com o objeto produzido na primeira tentativa, o que fez com que muitos adolescentes refizessem ou produzissem mais de uma mandala. Duas das adolescentes quiseram levar a linha e os palitos que sobraram para confeccionarem outras em casa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que os desafios enfrentados pelos trabalhadores da assistência dizem respeito a sua gestão do trabalho, às questões envolvendo a territorialidade e às ferramentas conceituais acerca de seu campo. Destaca-se a importância do reconhecimento tanto dos profissionais da Assistência Social, como os profissionais da Psicologia, ambos são protagonistas e atuam na construção e efetivação dessa política. É preciso reconhecer as potências que, surgidas com as práticas evidenciadas aqui, tratam de um exercício ético-político que lutamos para assumir.

Dessa forma, buscamos partir de referenciais que nos ajudam a elaborar o entendimento e a importância de como as categorias de raça, classe e gênero têm sido estruturais na produção de desigualdades sociais ao longo de nossa história (ALMEIDA, 2018). Logo, sendo elas também campo do olhar e fazer da Assistência Social e da Psicologia de modo que possamos produzir uma prática para além daquelas de “despolitização” que acredita ser campo *psi* somente o espaço psicoterapêutico (CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2011). Destaca-se impossibilidade de compreender as Políticas de Assistência desvinculadas das questões de raça, classe e gênero. Essas categorias não devem ser entendidas como meros “recortes” dentro do espaço público, mas sim como centrais e determinantes nessa política de construção cotidiana (EURICO, 2018).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio. (2018), *O que é racismo estrutural?*. Belo Horizonte, Letramento.

BOAL, Augusto. (1977), *200 Exercícios de Jogos para o Ator e o Não-Ator com Vontade de Dizer Algo Através do Teatro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

CARMO, Michelly Eustáquia do & GUIZARDI, Francini Lube. (2018), “O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social”. *Cadernos de Saúde Pública*, 34, 3: 1-14.

COMISSÃO NACIONAL DE PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL. *Nota técnica com parâmetros para atuação das (os) profissionais de Psicologia no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)*. Conselho Federal de Psicologia, 2016.

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS. *Como os Psicólogos e as Psicólogas podem contribuir para avançar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – Informações para Gestoras e Gestores*. Conselho Federal de Psicologia, 2011.

DUCHASTEL, Alexandra. (2010), *O caminho do imaginário: o processo de arte-terapia*. Vitória, Editora Paulus.

EURICO, Márcia Campos. (2018), "A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social". *Serviço Social & Sociedade*, 133: 515-529.

FERREIRA, Gracyelle Costa. (2017), "Assistência Social, no enlace entre a cor e o gênero dos que dela necessitam". *O Social em Questão*, 20, 38: 227-46.

FREIRE, Paulo. (1987), *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

KOELZER, Larissa Papaleo; BACKES, Mariana Schubert; ZANELLA, Andréa Vieira. (2014), "Psicologia e CRAS: reflexões a partir de uma experiência de estágio". *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 7, 1: 132-139.

KILOMBA, Grada. (2019), *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro, Cobogó.

LOBO, Lilia Ferreira. (2008), *Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil*. Rio de Janeiro, Lamparina.

LOWEN, Alexander. (1977), *Exercícios de bioenergética: o caminho para uma saúde vibrante*. São Paulo, Editora Ágora.



RECEBIDO EM 17 DE MARÇO DE 2020
APROVADO EM 25 DE ABRIL DE 2020